

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – AJES
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

8,5

A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NOS CASOS DE *BULLYING*, E AS
RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM

Dério Garcia Bresciani

deriogarbres@hotmail.com

Orientador: Professor Ilso Fernandes do Carmo

JUÍNA/2013

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – AJES
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NOS CASOS DE *BULLYING*, E AS
RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM

Dério Garcia Bresciani

Orientador: Professor Ilso Fernandes do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de
Especialização em Psicopedagogia.”*

JUÍNA/2013

Dedico este trabalho a todas as pessoas que
Contribuíram para que ele acontecesse através
De conversas que possibilitaram-me ideias
Para preencher as páginas que o compõe:
A minha família e amigos queridos,
Amo todos vocês

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minhas grandes amigas e companheiras constantes Maria Aparecida Gomes que me ajudou nesta caminhada, as que também cursaram esta especialização: Jocirlei Fontana e Giovana Kafer, pela força oferecida durante o curso através de longas conversas que me ajudaram ver mais além do que eu seria capaz sozinho. Agradeço também àquela a quem sempre recorro na hora das dificuldades, e que sempre esta lá para me ajudar: Maribel Bergamin, meu muito obrigado. E ao amigo Pedro Azevedo que me incentivou por diversas vezes a concluir este trabalho e o curso. Por ultimo não menos importante a minha família base de tudo, e força constante.

É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar
Na verdade não há.
Me diz, por que que o céu é azul?
São meus filhos
Que tomam conta de mim.

Pais e filhos – Legião Urbana

RESUMO

Durante a especialização em Psicopedagogia, percebe-se uma preocupação constante com a aprendizagem e os fatores que possam nesta interferir. A partir desta preocupação e da constante vinculação na mídia e no meio acadêmico trazendo a tona a preocupação com a problemática do *bullying*, surge o interesse em buscar as relações que estes dois fatores poderiam ter, e como ambos podem estar diretamente ligados ao trabalho psicopedagógico. Desta forma o presente trabalho foi construído a partir de uma Pesquisa Bibliográfica, onde se busca entender a participação e possível auxílio do psicopedagogo que pode ser oferecido a todas as pessoas envolvidas em casos de ocorrência de *bullying* no ambiente escolar. Para contextualizar este universo no trabalho os resultados foram divididos em partes distintas. Na primeira parte do trabalho traz algumas considerações sobre este fenômeno novo em pesquisas e abordagens, porém que permeia o ambiente escolar há muitos anos, que é o *bullying*. A seguir apresenta de modo geral do trabalho, suas etapas e funções a serem desempenhadas pelo profissional da psicopedagogia. Sendo a aprendizagem o objeto dos estudos psicopedagógicos, trazem-se algumas considerações a respeito desta, em seus aspectos afetivos e sociais, tal como a importância da família. Os resultados levam a perceber as possíveis relações entre a ocorrência do *bullying* e o trabalho psicopedagógico a ser desenvolvido nestes casos específicos, com todos os envolvidos, tendo como finalidade resguardar a aprendizagem da vítima para que esta não sofra traumas e danos, contudo não há um procedimento padrão e pronto para ser aplicado nestes casos.

Palavras-Chave: *Bullying*, psicopedagogia, psicopedagógico, aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPITULO 1: ASPECTOS GERAIS DO <i>BULLYING</i> : UMA ANÁLISE DO LIVRO DE ANA BEATRIZ BARBOSA SILVA	010
CAPITULO 2: A FUNÇÃO DO PSICOPEDAGOGO: AS ETAPAS DO TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO	14
CAPITULO 3: A APRENDIZAGEM, AFETIVIDADE E INTERAÇÃO SOCIAL	20
CAPITULO 4: A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NOS CASOS DE BULLYING	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
APÊNDICES/ANEXOS	36

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma ligação entre um problema tão contemporâneo como o *bullying* com, as suas respectivas consequências a aprendizagem dos alunos, levando assim a necessidade da atuação do psicopedagogo, como forma de minimizar os efeitos de possíveis traumas que podem gerar certos problemas, *déficits* e danos a aprendizagem.

O primeiro capítulo traz uma análise sobre o que é o *bullying*, baseando-se no olhar da autora Ana Beatriz Barbosa Silva sobre a temática, assim estará sendo analisado as causas e consequências deste problema que vem se tornando cada vez mais frequente no contexto escolar, e que deve envolver a atuação de todos família, direção e professores, em um trabalho conjunto que vise primeiramente prevenir que isto aconteça, mas também saber lidar com as ocorrências.

O segundo capítulo, nos leva a uma análise do trabalho do psicopedagogo, trazendo uma consideração geral de como o mesmo, atua e quais as etapas do processo psicopedagógico, e o que deve ser feito e finalidade de cada uma delas. Neste capítulo podemos notar a ligação entre este profissional com a aprendizagem, o que nos leva ao próximo capítulo.

No terceiro capítulo vamos tratar da aprendizagem, como uma consequência de uma processo e condições específicas, que devem ser respeitadas, para o bom sucesso do trabalho escolar. Mostrando ainda as interferências efetivas e sociais envolvidas neste processo, enquanto agentes condicionadores para um bom rendimento escolar. Vemos também a importância da família neste processo.

E no ultimo capítulo se estabelece a relação entre estes fatores norteadores desta pesquisa, visando mostrar onde se encaixa a atuação psicopedagógica, ou seja, é visto as possibilidades de atuação do psicopedagogo na ocorrência dos casos de *bullying* no contexto escolar pautado em ações que vise minimizar as consequência que possam atingir o emocional e venham a interferir na aprendizagem do educando. Mostrando maneiras de proceder com a vítima, professor e também com a família do aluno que sofre tal violência.

E na conclusão se abre possibilidades para novas pesquisas, haja visto estarmos falando de temas tão contemporâneos e complexos, como os abordados,

de um lado o *bullying* problema este ainda não conhecido em sua totalidade em relação a suas causas e consequências, e de outro a atuação psicopedagógica, que não está condicionada a uma fórmula única e padrão de trabalho, mas se constrói caso a caso, observando-se as especificidades com as quais se lida.

CAPITULO 1: ASPECTOS GERAIS DO *BULLYING*: UMA ANÁLISE DO LIVRO DE ANA BEATRIZ BARBOSA SILVA

“Bullying não é um problema atual, mas somente hoje vem sendo analisado por estudiosos”. Segundo Ana Beatriz Barbosa Silva, em sua Obra “Mentes Perigosas nas Escolas” (2010, p. 20), a autora define claramente o conceito e as formas deste mal relatando a cada capítulo, as formas como ele acontece no dia a dia das escolas, das famílias, enfim, na sociedade, exemplificando várias situações.

A autora diferencia as brincadeiras saudáveis do *bullying*. Quando brincam, “zoam”, colocam apelidos uns nos outros, tiram sarros dos demais e de si mesmos, dão risada e se divertem (p. 13), dentro dos limites estabelecidos pelo próprio indivíduo, estas brincadeira são aceitáveis. Quando essa forma de relacionamento se torna agressão física ou psicológica, aí tem-se a caracterização do *bullying*.

O *bullying*, segundo SILVA (2010), se configura de forma direta ou indireta. A vítima pode receber mais de um tipo de maus tratos por uma única pessoa ou até mesmo por grupos de pessoas, resultando em exclusão social e retraimento da vítima.

Historicamente, conforme SILVA (2010), o *bullying* é um fenômeno antigo e acontece no ambiente escolar e também fora dele, haja visto que as relações que são construídas no interior da escola, se externam para fora dela. Envolve fases específicas da vida humana: infância, adolescência e juventude.

Apesar de ser um fenômeno que destrói a dignidade humana, foi só a partir dos anos 1970, de acordo com SILVA (2010), que o *bullying* se tornou objeto de estudo científico. Isso não aconteceu por acaso, foi reflexo da violência entre estudantes na Suécia, o que chamou a atenção da sociedade para o problema que envolve famílias, pessoas, entidades de ensino, enfim, configura-se em um problema social. Em vários casos com consequências devastadoras.

Os estudos sobre o *bullying*, como nos mostra SILVA (2010), tiveram início em países europeus, devido a fatos que chocaram a população mundial, mas isso não significa que em outros países não aconteça o mesmo.

Através de pesquisas realizadas na Noruega, foi constatado que naquele país a situação era grave. O *bullying*, de acordo com SILVA (2010), acontecia com mais frequência do que se imaginava e envolvia um número elevado de estudantes crianças e adolescentes. Foi neste contexto que se iniciou uma campanha para sensibilização e mobilização em torno do problema.

A partir dessa pesquisa, embasando-se em SILVA (2010), houve apontamento para a questão em outros países, não só europeus, mas também Estados Unidos e Japão. Ficou comprovado que o problema tem aumentado significativamente, alastrando em muitas partes do mundo. Tem também se configurado nas mais variadas formas de agressões físicas e/ou psicológicas.

No Brasil, o *bullying* passou a ser objeto de estudos a partir do ano 2001. Esse fato não significa que o problema não existisse anteriormente, pois segundo a autora: “o *bullying* ocorre em todas as escolas, independentemente de sua tradução, localização ou poder aquisitivo dos alunos.” (p. 117). Cabe aos profissionais das escolas a identificação e intervenção nos casos.

Por mais que haja estudos, campanhas preventivas e propaganda sobre o tema, conforme SILVA (2010), ainda existe muita resistência por parte das vítimas, que amedrontadas diante das agressões optam em silenciar, muitas por medo de represálias, de se expor a constrangimentos e também por falta de condições psicológicas para enfrentar o problema, de modo a buscar soluções.

Além da exclusão da vítima da convivência social, como já foi citado, a pessoa que sofre o *bullying* pode desencadear inúmeras doenças como: sintomas psicossomáticos, transtornos de pânico, fobia escolar, fobia social, transtornos de ansiedade generalizada, depressão, anorexia, bulimia, transtorno obsessivo – compulsivo, transtorno do estresse pós-traumático (p. 25-31), isso demonstra que esse fenômeno gera um problema de saúde pública, e além de tudo, uma queda significativa na aprendizagem e no rendimento escolar dos alunos.

O *bullying*, de acordo com a obra de SILVA (2010), se manifesta em várias formas da agressão, partindo dos motivos que levam o agressor praticar aquele ato e da maneira como a vítima recebe as agressões. As vítimas apresentam algumas características peculiares: pouca habilidade de socialização, timidez, fragilidade física, ou são diferentes em alguns aspectos quanto ao peso, a altura ao tipo de

cabelo, cor da pele ou apresentam deficiência, geralmente não reagem aos comportamentos provocadores e agressivos dirigidos contra elas.

Quanto aos agressores, independe do sexo, geralmente possui poder de liderança sobre um determinado grupo de estudantes, usa a força física e o assédio psicológico. Apresenta em sua personalidade traços de desrespeito e maldade (p. 43). Desde cedo age contra normas estabelecidas, tem sempre seguidores que se tornam expectadores que por medo de se tornarem vítimas, não denunciam o agressor, reforçando o poder do mesmo. Não aceitam ser contrariados ou frustrados e muitas vezes está envolvido com delitos. Os espectadores podem vir a participar das agressões de forma indireta, pois até mesmo quando riem (acham graça) da atitude do agressor, fortalece o seu poder.

A autora cita características específicas quanto a prática do *bullying*, diferenciando as meninas dos meninos. Nas meninas o comportamento acontece em *“forma de terror psicológico e na manipulação de outras meninas contra as colegas alvo.”* (p. 114). *“E os meninos tendem a usar a força física para formarem seu poder sobre os demais.”* (p. 115).

O tópico identificando os personagens do *bullying* (p. 47), orienta na observação para identificar as vítimas, agressores e espectadores, para a partir dessa identificação traçar planos de ação de combate ao mesmo. Esse trabalho pode revelar situações de agressões físicas e psicológicas. Isso gera tensão e estresse causando prejuízos à saúde das vítimas, sofrimento as famílias das pessoas que muitas vezes presenciam a violência, principalmente em se tratando de Brasil, que na maioria das vezes os menores que cometem infrações ou agressões não são punidos e os sistema de reeducação não funciona de maneira eficaz.

Outro fato que chama bastante a atenção é o local onde acontece o fenômeno: a escola, que deveria ser um espaço privilegiado para o fortalecimento das relações sociais e iniciações a atitudes solidárias.

Segundo a autora, atualmente no Brasil as denúncias de agressão no ambiente escolar partem principalmente de escolas públicas, pois as escolas particulares tendem a camuflar esse tipo de atitude dos estudantes.

É necessário, a partir do entendimento de SILVA (2010), que haja mudanças no sistema educacional, a fim de contemplar uma nova educação direcionada,

principalmente aos adolescentes e jovens, para que a escola se torne um espaço de relações interpessoais. Mas para que esse fato ocorra é necessário um trabalho eficaz e mutuo dos profissionais que atuam na escola, juntamente com a família e profissionais externos ao ambiente escolar, de forma a prioritariamente prevenir estes casos, e também remedia-los quando necessário.

Assim sendo no próximo capítulo trataremos o trabalho psicopedagogo, demonstrando sua função atribuições gerais, de forma a termos por fim a compreensão do papel que este profissional tem em relação a esta problemática que afeta a dinâmica escolar e atinge a aprendizagem principalmente da vitima.

CAPITULO 2: A FUNÇÃO DO PSICOPEDAGOGO: AS ETAPAS DO TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO

A função de psicopedagogo em si não é muito antiga, mas a prática psicopedagógica, segundo BOSSA (2007), já é feita há bastante tempo, tendo começado na Europa através do trabalho de psicólogos que voltaram olhares especiais para a educação, em especial a buscar entender o processo no qual se dá o desenvolvimento cognitivo, assim como as possíveis interferências negativas e também positivas que possam estar ligadas a este processo.

Ainda não é dada a devida importância à formação de psicopedagogos no Brasil, pelo próprio fato deste campo do saber ainda não ser visto como uma profissão, o que dificulta a busca por cursos de especialização necessários para atuar nesta área, e que por enquanto são a única forma de obter formação necessária para trabalhar de forma formal neste função.

Podemos dizer que a “profissão” ainda não recebeu a seu devido valor, mas alguns estados e órgãos já estão concursando profissionais para atuar neste área de reconhecendo assim a importância dos psicopedagogos. Mesmo a profissão ainda não sendo regulamentada, a função em si já encontra-se amparada dentro de alguns aspectos legais tal como o Código de Ética do Psicopedagogo -Reformulado pelo Conselho da ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), criado na gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011, que se encontra no ANEXO I deste trabalho.

A entrada do profissional da psicopedagogia na educação vem acontecendo, como anseio das pessoas ligadas a educação para responder questão que tanto as encabulam, questões normalmente ligadas a fatores relacionados a aprendizagem dos alunos e as diversas dimensões que nesta possam interferir.

As etapas do trabalho do psicopedagogo são a sondagem, avaliação e posteriormente a intervenção, sem sombra de dúvidas a parte mais importante deste trabalho, em que outros profissionais e personagens deverão ser envolvidos para solucionar os problemas detectados na avaliação, e estas serão desenvolvidas contemplando todos que estejam ligados ao universo de aprendizagem da criança conforme vemos em LEMOS (2007, p. 70):

A psicopedagogia visa, justamente, desenvolver um trabalho com a criança, a família e a escola, sensibilizando-os sobre a importância de sua conduta. Institucionalmente, o trabalho psicopedagógico contribui para a prevenção ou diminuição de dificuldades de aprendizagem, objetivando favorecer um ambiente educacional saudável que não estimule bloqueio ou limitação da aprendizagem, por meio da aplicação de métodos preventivos com os alunos, a equipe de profissionais e a família. Ademais, visa detectar os problemas já instalados e, caso necessário, propor mudanças na estrutura geral da escola, na conduta de profissionais específicos e/ou encaminhar o discente a um clínico.

O trabalho psicopedagógico, tem como ponta pé inicial a queixa, este pode ser apresentada por algum membro da equipe pedagógica escolar ou até mesmo pela família, quando percebe alguma anormalidade no que diz respeito a possíveis dificuldades de aprendizagem, ou neste caso em especial questões ligadas ao relacionamento interpessoal e social, motivados por estes fatores é que se dá a busca da intervenção do psicopedagogo, sobre isto no diz LEMOS (2007, p. 71):

O psicopedagogo, ao receber um sujeito com queixa de dificuldade de aprendizagem, seja encaminhado pela escola, por outro profissional, pelos pais ou por iniciativa do próprio aprendente, inicia um processo diagnóstico para investigação da causa do problema.

A etapa posterior, segundo LEMOS (2007), se dá através de uma sondagem (investigação), feita com a criança através de uma entrevista, e recursos psicopedagógicos que visam, averiguar a etapa de desenvolvimento cognitivo na qual a criança se encontra, tal como também sua situação em relação à leitura, escrita, e raciocínio lógico, e todas as suas condições de aprendizagem ou de não aprendizagem.

A avaliação, segundo LEMOS (2007), pode ser baseada na interpretação de um questionário pré estabelecido a ser aplicado a todos os envolvidos no trabalho, educando, professor e família, tendo como objetivo o levantamento de informações básicas sobre a criança consta nos anexos do trabalho.

No APÊNDICE A temos o questionário a ser aplicado para a criança afim de conhecer as sua trajetória de aprendizagem, a partir do universo que a cerca e o ambiente social em que ela convive, e como este reflete em sua aprendizagem. Sondamos também qual a visão que esta tem do universo escolar. E também se tem uma boa convivência com os colegas de sala, ou seja, se os respeita e é por eles respeitado. Esse questionário visa conhecer o aluno, conforme nos mostra BASSEDAS; HUGUET e MARRODÁN (1996, p. 22), ao falar do diagnóstico psicopedagógico e suas etapas:

Identifica-se as necessidades sociais, familiares e educativas, principalmente as educativas para dar respostas à solicitação do professor, quais atitudes que o aluno precisa para conseguir iniciar o processo de recuperação das suas dificuldades, direcionar as orientações para dar instrumentos de abordagens de uma área de aprendizagem concreta, potencializar as relações com os outros alunos da sua idade, dar-lhe mais modelos de referência; fazer mudanças para integrar os elementos de aprendizagem.

A sondagem da família se dá através do APÊNDICE B, com a finalidade de conhecer a trajetória do aluno a ser atendido, partindo do parto e os fatos internos e externos a este ligados, e posterior a ele nos primeiros anos de vida. Outras perguntas já são direcionadas a entender o comportamento, e a sociabilidade e alguns traços da personalidade do aluno, sobre isto destaca RUBINSTEIN (2002, p. 126):

O psicopedagogo pode usar como recurso a entrevista como a família; para investigar o motivo da consulta; conhecer a história de vida da criança, realizando a anamnese (entrevista para conhecer o histórico da doença, termo utilizado nos meios da medicina); entrevista o aluno, fazer contato com a escola e outros profissionais que atendem a criança, manter os pais informados do estado da criança e da intervenção que esta sendo realizada; realizar encaminhamento para outros profissionais quando necessário.

O APÊNDICE C, compõe-se de questões direcionadas ao(s) professor(es), regente(s) da aprendizagem em sala, considerando que este(s), pode(m) oferecer grande suporte, a sondagem, pois estão presentes no ambiente escolar espaço onde acontece a aprendizagem de conteúdos, e de atitudes, desenvolve-se valores, e ocorre a socialização. Neste questionário procuraremos conhecer as observações feitas deste aluno no ambiente escolar e principalmente em sala de aula, assim como se desenvolve e quais metodologias norteiam o trabalho docente em sala de aula com este aluno.

O levantamento obtido na sondagem irá culminar na intervenção psicopedagógica, esta deve ser de acordo com o estabelecido no capítulo I do código de ética e conduta do psicopedagogo (anexo I), este da abertura a utilização dos procedimentos específicos da psicopedagogia, tal como aqueles cabíveis a área de atuação.

No dicionário o significado da palavra intervenção é “mediação”, e para o verbo intervir, “colocar-se no meio”. Entre professores e psicopedagogos esse termo é muito utilizado para se referir as diversas atividades realizadas dentro e fora da escola.

Desde o início da vida, segundo VINH-BANG (1990), a criança sofre intervenções por várias pessoas e instituições. A família é a primeira a se “colocar no meio” entre a criança e o meio físico e social, ensinando hábitos, valores, leis e regras. Colocando-se entre a criança e o mundo, interferindo e propiciando a construção de uma nova personalidade. A qualidade desta mediação da família depende da organização da mesma.

Depois a escola e os professores serão mediadores entre a criança e o mundo social mais amplo e se responsabiliza por ensinar conteúdos, fazê-los aprender, por desenvolver sua inteligência e sua afetividade.

Tanto a família quanto a escola selecionam o que consideram importante de ser aprendido, filtram, fazem recortes, e tomam as rédeas do processo de aprendizagem.

De modo mais específico, fala-se de intervenção como uma interferência que um profissional realiza sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem de um sujeito que pode estar apresentando problema.

A modalidade de intervenção apresentada por VINH-BANG (1990), está baseada no método piagetiano que aponta três níveis em que a intervenção pode ocorrer: nível individual do aluno, para preencher lacunas e corrigir atraso; no nível coletivo de um conjunto de alunos, para dar conta de elementos que foram negligenciados; no nível da escola, para reduzir a desadaptação escolar. Ele trabalha com a idéia de insuficiência, considerando como todo e qualquer erro nas produções dos alunos, quaisquer que seja a frequência proveniência ou natureza. Esses erros podem ou não convergir ao insucesso e há que buscar entender o processo dos alunos e não somente os seus resultados finais. Segundo SISTO (1996), apud VINH-BANG,(1990, p. 203):

A questão da percepção e da análise dos erros nos diz que tal fato pode conscientizá-lo das razões de insucesso, mostrando que os procedimentos de pensamentos devem ser alterados, o que leva o aluno a buscar aprender os procedimentos anteriores e buscar novos procedimentos para ter sucesso. O autor apresenta como princípios importantes para análise dos erros:

- Toda resposta é significativa, pois toda produção reflete no estado de conhecimento;
- Toda resposta é válida;
- Toda resposta depende da pergunta feita, de sua forma e de sua natureza.

Para análise do erro, com base nesse princípio, a primeira etapa é o estudo de sua natureza e a segunda etapa é a análise do seu conteúdo: erros específicos a um conteúdo, ou comuns a um conjunto de conteúdos.

O autor considera, no caso do erro, que a intervenção deve levar em conta uma avaliação pedagógica para examinar o estado de seus conhecimentos de base e também uma avaliação psicológica para constatar o nível de funcionamento dos instrumentos de pensamento para assim revelar a natureza das dificuldades que estão atrapalhando a elaboração dos conteúdos.

Para este autor, a intervenção deve ser no sentido de criar situações para que o aluno aja mentalmente de uma maneira que seja estruturante, integrando suas ações num sistema de coordenação e composição operatória.

Consideramos, conforme BOSSA (2007), que partindo do erro do aluno, a ação mediadora do profissional deve motivá-lo a refletir e refazer o percurso, construindo um novo pensamento e assim, desenvolvendo o processo de aprendizagem. Não considerar o erro como um produto final, mas sim, como ponto para recomeçar o processo de produção.

Um dos sujeitos também envolvidos no diagnóstico psicopedagógico, de acordo com BOSSA (2007), é o professor, que dentro deste processo sobre este serão considerados os seguintes aspectos: a formação profissional, o conhecimento e suas concepções sobre o processo de ensino aprendizagem, a responsabilidade com a instituição e o seu envolvimento com a família.

O professor enquanto mediador do processo ensino e aprendizagem, estará contribuindo para o trabalho mostrando, e explicando como este desenvolve metodologicamente seu trabalho, e como este contribuirá para que o educando atinja a aprendizagem. Conforme afirma BASSEDAS; HUGUET e MARRODÁN (1996, p. 54):

A estrutura do sistema educativo leva o professor a agir em diferentes subsistemas ao mesmo tempo, sendo que o professor não pode se desvincular das funções educativas dos pais, dos alunos e da comunidade escolar no contexto social em que está inserido, o professor tem a responsabilidade de estimular o desenvolvimento de todos os alunos pela aprendizagem, ao mesmo tempo em que recebe, pessoas no sentido de modificar atitudes assimiladas tradicionalmente pela sociedade.

Assim percebemos que o professor, e parte integrante da aprendizagem, mas juntamente com a família. A construção do conhecimento, se dá junto a adoção

de valores, da diversidade que se apresenta em sala de aula, haja visto a variedade cultural da sociedade. Nesta perspectiva cabe ao professor, estabelecer novos valores, respeitando muitas vezes o já existente, vindo da família.

Para entendermos um papel na família no trabalho psicopedagógico é válido observarmos o que nos diz BASSEDAS; HUGUET e MARRODÁN (1996, p. 78):

Como função psicossocial de proteger seus membros e uma função social de transmitir e favorecer a adaptação à cultura já existente. A família tem papel relevante quando tem relação próxima com a escola, há a necessidade de interação entre todos os sistemas que envolvem o aluno. É preciso a família acreditar e ter confiança nas possibilidades da criança e, a escola esta posição também em relação à família.

A família tem um papel crucial no processo de aprendizagem da criança, conforme será abordado no próximo capítulo. Esta enquanto instituição social primeira da criança deve dar início a sua socialização, além de cumprir a função psicossocial vista acima. Portanto a participação da família no trabalho psicopedagógico é essencial para que se chegue a resultados coerentes a respeito da criança com a qual se desenvolve tal processo.

Sobretudo, como parte central, de todo este trabalho está a criança, sujeito da aprendizagem, paciente do tratamento psicopedagógico, a que se destina todo este processo, afim de entender todo o contexto que a cerca, durante toda sua formação e aprendizagem, fundamental para compreensão dos processos cognitivos, afetivos e sociais, em que esta desenvolveu-se.

O objetivo deste processo do trabalho psicopedagógico, a ser desenvolvido, nos levará a entender aprendizagem, considerando os fatores e o contexto no qual este se desenvolve. Esta discussão estará sendo abordada no próximo capítulo, através da análise da aprendizagem, considerando, também a afetividade, e a interação social, observando se a família enquanto instituição primeira onde tudo se inicia.

CAPITULO 3: A APRENDIZAGEM, AFETIVIDADE E INTERAÇÃO SOCIAL

Podemos dizer, baseando-se em BOSSA (2007), que a psicopedagogia tem como objeto de estudos o processo de aprendizagem, e os fatores e situações que a esta se relacionam tais como: estrutura social, condições biológicas, estado psicológico, e relações afetivas. A discussão norteadora deste trabalho, traz a necessidade de que seja abordado a aprendizagem, principalmente em seu âmbito afetivo e social. Percebendo-a assim como um processo que se constrói a partir de relações saudáveis entre o educando e outros integrantes do seu grupo de convivência.

Um dos grandes desafios que se colocam para a educação é a questão da aprendizagem que vem sendo estudada desde o século passado. Nas últimas décadas a preocupação nessa área e as tentativas de melhor explicar como se dá esse processo, levou o meio acadêmico a procurar através de pesquisas um conceito que melhor explicasse esse termo, conforme NOVAIS; HUSCHEI (2006):

Apesar de existir diferentes conceitos, todos eles concordam que a aprendizagem implica numa relação bilateral, tanto da pessoa que ensina como da que aprende. Dessa forma, a aprendizagem é melhor definida como um processo evolutivo e constante, que envolve um conjunto de modificações no comportamento do indivíduo, tanto a nível físico como biológico, e do ambiente no qual está inserido, onde todo esse processo emergirá sob a forma de novos comportamentos.

Portanto a aprendizagem é um processo de interação que se dá desde o nascimento até o fim da vida este tem que ser permanente. Essa interação com o meio em que a criança vive muitas vezes determina o baixo rendimento escolar e as dificuldades de aprendizagem. As dificuldades aqui mencionadas estão relacionadas à falta de atenção e desinteresse por parte dos alunos nas atividades escolares. A aprendizagem acontece em um contexto específico e processual intimamente ligado a interação do indivíduo e sua convivência com as instituições que forma a sociedade conforme podemos ver no esquema proposto por VISCA (1997, p. 27), ANEXO 2.

Ao longo destes níveis, segundo VISCA (1997), vão se construindo relações interpessoais, onde muitos são agressivos, provocativos, desrespeitosos, individualistas, intolerantes e explosivos. Tudo isso interfere no aprendizado uma vez que as emoções fundamentam as relações e interações sociais. Emoção é a

primeira forma de afetividade que a criança vive, esta por sua vez é dinâmica, profunda e complexa. Segundo CHALITA (2001, p. 21), *“O pleno desenvolvimento da pessoa significa o desenvolvimento em todas as suas dimensões, não apenas no aspecto cognitivo ou de mera instrução, mas do ser humano integral.”*

Por isso as interações sociais são fundamentais para convivência social, sempre procurando dentro deste contexto integrar família, escola e sociedade, uma vez que estes três campos estão relacionados entre si para o desenvolvimento do cidadão crítico, participativo e solidário. Isso requer da família um porto seguro onde a questão do afeto é fundamental, pois representa um dos processos de desenvolvimento da aprendizagem, sendo que esta nunca cessa. Dentro desta perspectiva a afetividade se apresenta como um dos pontos fundamentais no processo de desenvolvimento humano.

A deficiência da aprendizagem muitas vezes, interpretando BOSSA (2007), é o resultado do ambiente em que a criança vive situação essa que se expressa de diversas maneiras: falta de interesse pelos estudos, baixa estima, timidez, agressividade, que direta ou indiretamente acaba afetando o ensino-aprendizagem, por isso para que o ensino aprendizagem seja efetivo é fundamental que o lado humano seja levado em consideração.

A família e a escola, segundo POLÔNIA e DESSEN (2005), são as duas instituições básicas para a formação do indivíduo. A primeira desempenha um importante papel na formação da personalidade e no caráter, pois é o primeiro grupo social que ele participa e é nela que se estabelece uma relação de equilíbrio emocional, já que deve ser o habitat do amor. A segunda, também de grande importância é a escola onde o indivíduo estabelece laços de sociabilidade, construção de saberes e que tem a finalidade precípua de formar, preparar as novas gerações para o desempenho das várias funções que a sociedade espera.

A família, conforme POLÔNIA e DESSEN (2005), está perdendo os valores, visto que vivemos em um mundo onde os meios de comunicação impõem muitas vezes valores nem sempre compatíveis com a realidade de todos. Se por um lado às famílias de classe média deixam seus filhos para trabalhar a fim de dar-lhes uma estabilidade melhor na questão bens materiais, as famílias de classe baixa se vêem obrigadas a deixar seus filhos para colocar comida dentro de casa. Nesse contexto,

muitos se esquecem que o amor, o respeito, uma educação voltada para a dignidade são passados de pais para filhos.

Um dos maiores problemas que a educação brasileira enfrenta atualmente, principalmente no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem que os alunos estão tendo, diz respeito ao ambiente em que a criança vive. De acordo com SOUZA (1996), apud BELLEBONI (2004):

Os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com a ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo. O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, etc., e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, auto estima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

Diante desse quadro, percebemos que o ambiente familiar em que a criança vive, implica muitas vezes nas dificuldades apresentadas por ela no âmbito escolar, uma vez que o estresse emocional causado por problemas como falta de atenção por parte dos pais compromete a capacidade de concentração, o que não as torna incapazes, mas sim carentes de afeto e, muitas vezes de limites que os pais não estabelecem como: hora de estudar e o próprio acompanhamento das tarefas por parte deles.

Segundo CURY (2003, p. 23), *“todas as experiências que possuem um alto valor emocional provocam um registro privilegiado. O amor e o ódio, a alegria e a angústia provocam um registro intenso.”* As angústias, a falta de atenção por parte dos pais, desencadeia nessas crianças reações adversas que refletem nas salas de aula. Boa parte da vida as crianças passam na escola uma vez que, cada vez mais cedo, os pais querem se ver livres dos filhos. Para muitos deles, a escola é uma extensão da creche, enquanto outros consideram os professores meros atendentes. A conquista do respeito pelos professores é uma luta constante.

Hoje se percebe que a escola não pode viver sem a família e a família não pode viver sem a escola. A família tem a função de sociabilizar e estruturar os filhos como seres humanos em formação. Se isso não ocorre, refletir-se-á negativamente na escola, nas relações interpessoais de forma agressiva. A escola também tem que

estar atenta, pois é nela que a criança permanece a maior parte do dia, sendo importante que se estabeleçam laços de afetividade, tentando identificar suas fraquezas, suas dúvidas, seus anseios. *“Atualmente o que se espera da educação é que ela possibilite a emancipação dos sujeitos, que promova a liberdade, o desenvolvimento de habilidades e competição, e pleno desenvolvimento humano.”* (ANDRADE, 2005). É certo que a escola tem esse papel, mas antes que isso ocorra, a escola precisa da ajuda da família para possibilitar ao educando um clima de estabilidade, respeito, sem tensões.

De acordo com Piaget, apud ESPÍNDOLA (2007, p. 8):

O desenvolvimento intelectual é considerado como tendo dois componentes: cognitivo e o afetivo. Embora nem sempre seja levado em consideração por psicólogos e educadores, o desenvolvimento afetivo se dá paralelamente ao cognitivo e tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual.

Para WALLON (1995), apud ANDRADE (2003, p. 13):

Cabe à escola, mas principalmente ao professor, um papel social, devendo compreender o aluno no âmbito da sua dimensão humana, tanto afetiva, quanto intelectual, já que ele depende, para se desenvolver, do amadurecimento biológico e da inserção social.

Os vínculos afetivos instaurados no ambiente social em que a criança vive determinam de forma significativa o seu desempenho. Para ROSSINI (2001, p. 10), devemos investir na afetividade como uma saída para um futuro melhor, mais justo, mais humano.

Por lei a família exerce um papel fundamental na formação moral dos filhos, é dela o dever de amparar e proteger, principalmente na infância. É nessa fase que a criança constrói uma história de vida pautada nos valores que a família passa, assim ela (família) é o alicerce para que a criança estabeleça uma conexão entre o certo e o errado.

As crianças absorvem atitudes, gestos, características das pessoas que a rodeiam, sendo mais próximas nesse sentido à família, daí a importância dada dentro da constituição no que diz respeito aos direitos garantidos que toda criança tem. *“Não há hereditariedade sem ambiente; não há ambiente sem hereditariedade.”* (ACKERMAN, 1986 apud ABBUD; SANTOS, 2002)

É importante salientar, segundo BOSSA (2007), que é na infância e adolescência, que se adquire a maioria dos traumas e que podem causar sérios

problemas na vida adulta, como rejeição, falta de auto-estima, bloqueios, por isso a família deve ser o esteio, a segurança garantida em lei. Assim tudo que ela passa no meio em que vive, seja na família ou na escola fica registrado no subconsciente da criança, alterando muitas vezes sua personalidade, seu caráter, sua forma de se comportar. O que a criança passa em casa, muitas vezes é descarregado na escola com atitudes de agressividade. Isto demonstra o seu desejo de atenção, sua necessidade de ajuda.

No processo ensino-aprendizagem, compreendendo BOSSA (2007), é de fundamental importância que a criança esteja bem, tanto fisicamente como emocionalmente para que consiga assimilar e desenvolver suas habilidades. É a família amparando a criança nos primeiros passos para vida. No seio familiar, no ambiente doméstico é onde se dá o alimento da auto-estima principalmente na infância. É na infância que tudo fica gravado, registrado, em que a criança é mais sensível, vulnerável, precisa de proteção.

De acordo com ABUDD;SANTOS (2002)

A criança em desenvolvimento necessita de um ambiente adequadamente estimulante e propício à aprendizagem, além de um clima de segurança e harmonia nas relações interpessoais da família, no qual encontrará apoio e motivação para aprender o novo.

A escola, bem como os educadores identificam mudanças no comportamento, uma vez que existe certa neutralidade das pessoas com relação às crianças. Essa neutralidade facilita a observação se algo não vai bem, e se a criança encontra no educador uma janela aberta para expor seus medos e anseios abrem-se oportunidades para uma educação mais humanizada onde o princípio de tudo se dá pelos laços de afetividade. BALLONE (2004), ressalta que dentro da sala de aula há situações nas quais os educadores podem atuar tanto positivamente como negativamente, consciente ou inconscientemente ajudando ou agravando condições emocionais problemáticas dos alunos.

Nesse sentido a escola e o professor têm que usar o bom senso para abordar determinados problemas que as crianças trazem consigo decorrentes de fatores relacionados a algum transtorno emocional, principalmente ligados à afetividade, acabando por dificultar a aprendizagem. Fatores de ordem emocional estão ligados diretamente à afetividade uma vez que as crianças em idade escolar

são perfeitamente capazes de observar e vivenciar qualquer clima de tensão entre os pais.

As reações das crianças se manifestam em dificuldade de concentração, falta de motivação para completar tarefas, comportamento agressivo, pois elas acham que os pais deixam de gostar delas, sua auto estima é profundamente abalada, assim no dizer de BALLONE (2004)

algumas crianças consideram a escola um refúgio dos problemas, pois, tanto o ambiente escolar quanto os professores, continuam constantes em sua vida durante esse período de grande reviravolta existencial.

Nesse caso a escola que considera a educação afetiva importante e procura entender as dificuldades que a criança enfrenta estabelece um aproveitamento escolar, uma motivação, uma sociabilização mediados pelo respeito.

A aprendizagem como qualquer coisa da vida do ser humano, deve ser prazerosa, deve ser algo que estimule o ser em desenvolvimento a querer aprender sempre mais e com maiores detalhes. Quando a criança é estimulada com carinho e atenção para os estudos, incentivada pelos pais a realizarem as tarefas de casa, a freqüentarem a escola fazendo dela uma continuação de seu lar e na escola; os professores e os funcionários promovem um ambiente de confiança, fraternidade e de comunicação, a criança corresponde positivamente: ela aprenderá os conteúdos com maior embasamento e naturalmente se desenvolverá tornando-se um adulto feliz, consciente e saudoso de sua infância que passará os mesmos valores às gerações futuras (ALENCAR, 2004, p. 5).

Interpretando ALENCAR (2004), acima vemos que, quando todo o estabelecimento de ensino (e não só a sala de aula) favorecer a interação e integração do educando, esse, pautado no respeito, este responderá da mesma forma à sociedade. Daí depreende-se a verdadeira importância do empenho de cada educador, de cada membro da família e principalmente das organizações governamentais no que diz respeito às condições preparatórias para que estes saibam interpretar cada momento da vida de uma criança e ajudá-la afetivamente. Há de se destacar que a transmissão do conhecimento implica necessariamente uma interação entre as pessoas, essa interação é evidenciada através da troca, pessoa para pessoa.

Neste sentido no próximo capítulo estaremos direcionando o assunto, de forma a interligá-lo ao assunto do primeiro capítulo que trata sobre o *bullying*, para demonstrar qual o papel do psicopedagogo mostrado no segundo capítulo, e como o este pode atuar no contexto escolar e familiar nos casos onde ocorrem situações em que se praticam o *bullying* para que a aprendizagem seja resguardada.

CAPITULO 4: A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NOS CASOS DE BULLYNG

Ao longo do curso de especialização em psicopedagogia, perceber-se que o trabalho do psicopedagogo esta diretamente ligado a aprendizagem e que esta acontece em diferentes ambientes e condições físicas e biológicas, assim sendo deve se levar em conta a importância do meio físico e social da criança para buscar possíveis falhas que venham a trazer prejuízos a aprendizagem. BOSSA (2007), em sua obra nos diz que:

Atualmente, a psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio. (p.25).

O conceito de aprendizagem com o qual trabalha a psicopedagogia remete a uma visão de homem como sujeito ativo em um processo de interação com o meio físico e social. Nesse processo interferem o seu equipamento biológico, as suas condições afetivo-emocionais e as suas condições intelectuais. A psicopedagogia entende, ainda, que essas condições afetivo-emocionais e intelectuais são geradas no meio familiar e sociocultural no qual nasce e vive o sujeito. O produto de tal interação é a aprendizagem. (p.74).

Para a aprender a criança precisa sentir-se integrada ao grupo e ao meio em que se está inserida, sendo que estes devem lhe fornecer a segurança necessária para que a mesma possa desenvolver suas capacidades cognitivas, visando o sucesso da aprendizagem.

O professor tem função fundamental em ser um constante “vigilante” de possíveis sintomas que indiquem que determinada criança esta sendo vitima de *bullying*, pois este se faz presente no processo da aprendizagem escolar, que pode ser visto como uma primeira grande evidência quando percebe-se que de uma hora para outra houve uma queda de aprendizagem, sem motivos aparentes que não estejam ligados a questões didáticos metodológicas e físicas. Além de entender o processo de aprendizagem, que se entender também o próprio processo de não aprendizagem como nos mostra LEMOS (2007, p. 74):

Portanto, assim como a aprendizagem participa de um processo, a não-aprendizagem também. O não-aprender é oriundo de um processo desenvolvido no âmbito no qual o sujeito está envolvido, com participação de outras pessoas, outros desejos, outros significantes, embora a um possível fato específico lhe seja atribuída a "culpa". Nota-se, entretanto, que, muitas vezes, o fator gerador da dificuldade de aprendizagem tem menos valor do que o processo dele decorrente.

Assim sendo ao suspeitar destes sintomas e perturbações, no processo de aprendizagem do aluno, o professor deve buscar orientações do profissional da psicopedagogia afim de envolver este em uma possível investigação para saber se a aprendizagem esta ou não sendo afetada por este fenômeno social. Pois de acordo com PAÍN (1992, p. 81), vemos que:

(...) os problemas de aprendizagem são perturbações produzidas durante a aquisição e não nos mecanismos de conservação e disponibilidade, embora estes aspectos mereçam consideração. Assim, com exceção das rupturas muito precisas, a significação do problema de aprendizagem não deve procurar-se no conteúdo do material sobre o qual se opera, mas, preferencialmente, sobre a operação como tal.

A própria dificuldade de aprendizagem do aluno ao ser percebida pelos colegas pode tornar-se um motivo para que se cometa o *bullying*. A capacidade cognitiva ao ser questionada pelos colegas por meio de chacotas, baseando-se em SILVA (2010), pode gerar um contexto de insegurança na criança vitima, agravando ainda mais o problema e dificultando os trabalhos e até mesmo o possível tratamento, caso já esteja sendo a este submetida.

Daí a grande importância da participação do psicopedagogo nos casos onde acontecem o *bullying*. É valido ressaltar que este não tem por função solucionar o problema, mas sim atuar de forma a “proteger” a aprendizagem do aluno, buscando canalizar as questões emocionais e possíveis traumas para que estes não venham a interferir na aprendizagem, ou caso aconteça, minimizar ao máximo possível os seus danos. Inúmeras são as possibilidades de intervenção do psicopedagogo tal como nos mostra LITTIG (2010, p. 9):

O Psicopedagogo pode na escola com o apoio e o envolvimento dos pais e demais membros do contexto educacional, promover campanhas de conscientização antibullying. Para que as pessoas próximas possam identificar os sintomas através da observação das crianças, ver se ela tem eventuais mudanças de humor, irritação freqüente, acessos de choro, insônia, falta de atenção, dores que o obriguem a faltar aula. Esses podem ser sinais de que algo de errado está acontecendo nas relações interpessoais dessa criança.

Fortalecer e estimular programas que favoreçam atitudes de socialização das crianças, reduzindo problemas de comportamento na escola e de índices de criminalidade que ainda poderia se desenvolver. Agindo assim na prevenção.

Um dos grandes aliados ao trabalho psicopedagógico é a participação da família no processo de avaliação e intervenção deste profissional, pois muitas vezes os primeiros sintomas do *bullying* aparecem e se evidenciam no lar, e assim sendo muitas vezes a própria família pode estar buscando a escola para informar possíveis

mudanças notadas no comportamento de seus filhos seja ele a vítima e até mesmo o agressor. Tanto a família do agressor quanto da vítima podem estar procurando o atendimento psicopedagógico para buscar procedimentos pertinentes a estes casos, Para isso, segundo TAYLOR (2006, p. 72):

O psicopedagogo precisa desenvolver na instituição e nos envolvidos com ela, uma postura comprometida com valores humanistas, nos aspectos de respeito diante das diferenças e na capacidade de contrastar com exemplos de posturas discriminatórias e preconceituosas vigentes na sociedade. O *bullying* também tende a desaparecer onde haja um clima de atenção e de vínculo entre as pessoas.

A atuação do psicopedagogo em relação ao agressor se dá principalmente na possibilidade deste de solicitar auxílio de outros profissionais da área, neste caso em específico de um psicólogo, para que este acompanhe o mesmo de forma a averiguar os fatores emocionais que levam a causar tal transtorno, psicossocial. Em alguns casos de maior gravidade, de acordo com BOSSA (2007), até mesmo um psiquiatra poderá ser envolvido no trabalho psicopedagógico para garantir êxito ao atendimento e acompanhamento de forma a precaver que este não venha a cometer estes atos futuramente, ou que não se agrave os tipos de agressões praticadas.

Em relação ao professor, conforme LITTIG (2010), o psicopedagogo pode estar junto ao mesmo desenvolvendo dinâmicas que propiciem ao educando uma maior integração e socialização, de modo a criar um ambiente de maior cooperação e respeito. Assim como orientar ao professor a tentar desenvolver aulas com metodologias que visem despertar o lado emocional e afetivo dos alunos para uma convivência mais pacífica e respeitosa, mostrando que as diferenças existem, porém cada um deve ser respeitado em suas individualidades físicas, de personalidade, de comportamento, ou diversas outras que podem gerar certas brincadeiras que cheguem e levar a casos de *bullying*.

E por fim em relação ao aluno vítima, de acordo com LITTIG (2010), o psicopedagogo poderá estar desenvolvendo atividades e dinâmicas que o ajude a superar os possíveis obstáculos, que estejam relacionados ao problemas e as causas que levaram este a ter um baixo rendimento escolar, ou até mesmo uma não aprendizagem. Estas atividades serão elaboradas de acordo com as especificidades de cada caso a ser atendido, pois não existe um padrão de atendimento.

Caso estas estratégias não obtenham êxito, visto LITTIG (2010), deverá este proceder à condução para outros profissionais da área que busquem ações

pertinentes a situação, baseando-se nas especificidades do caso, que aparecerão na sondagem a ser realizada, com base nos questionários pré-elaborados que se encontram nos apêndices A, B e C.

O psicopedagogo, poderá também encabeçar ou se utilizar de campanhas de conscientização, das que tem sido desenvolvidas nas escolas, afim de evitar a ocorrência de novos, casos, canalizando a própria vivencia anterior, como fator motivacional para que não se permita que este tipo de violência, e suas graves consequência continue atingindo a sociedade, principalmente no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa podemos compreender um pouco mais sobre a problemática do *bullying* e seus efeito no ambiente escolar, sua importância se dá, haja visto servir enquanto orientação para professores, família e principalmente psicopedagogos, para que estes possam se embasar teoricamente de forma a escolher a melhor estratégia para lidar com a ocorrência destes casos, primando sempre para que nesta situação não ocorra danos a aprendizagem principalmente por parte das vítimas.

Há ainda uma gama de possibilidades para novas pesquisas, haja visto estarmos falando de temas tão contemporâneos e complexos, como os abordados, de um lado o *bullying* problema este ainda não conhecido em sua totalidade em relação a suas causas e consequências, e de outro a atuação psicopedagógica, que não está condicionada a uma fórmula única e padrão de trabalho, mas se constrói caso a caso, observando-se as especificidades com as quais se lida.

Não existe uma fórmula pronta, como dito anteriormente, cada caso apresenta peculiaridades próprias ligadas à realidade que cercam os envolvidos. Daí a grande necessidade de o profissional da psicopedagogia ser um constante pesquisador, tanto a nível teórico quanto no contexto prático do seu trabalho e atuação, estando sempre focado em criar mecanismo para propiciar autonomia no processo de aprendizagem, intervindo sempre que algo nele interferir de forma negativa, assim como neste exemplo o *bullying*.

A aprendizagem é algo que próprio do ser humano, e este processo precisa ser protegido na vida da criança, a começar pela família instituição primeira, onde ela convive, posteriormente pela escola, haja visto se esta uma instituição socializadora, onde as relações precisam e devem ser respeito a diferenças principalmente entre os próprios alunos.

Contudo para encerrar, apresentada a contribuição do psicopedagogo nas escolas para atuar nestes casos em específicos, é válido ressaltar a falta que este profissional faz no contexto escolar, e também a necessidade urgente de regulamentar esta função enquanto profissão, sendo este profissional formado não apenas por cursos de especialização, mas também que este campo de estudos

possa ser também direcionado enquanto graduação, tendo em vista a própria complexidade dos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Gláucia de Albuquerque Cavalcante; SANTOS, Tathiane Cecília E.S. **A família na clínica fonoaudiológica e psicopedagógica: uma valiosa parceria. teoria e práticas-** 2002 p.41-46. Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/univer.p>>. Acesso em: 10 out. 2006

ALENCAR, Semiramis. **Análise crítica do livro 'Pedagogia Afetiva', de Maria Augusta Sanches Rossini.** Petrópolis: Vozes, 2004..

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda (orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ANDRADE, Gisele Coelho. **Essa tal Escola... Psicopedagogia on-line.** 2005. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=206>>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. **Essa tal Escola... Psicopedagogia on-line.** Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=206>>. Acesso em: 25 set. 2006.

ANDRADE, Selma Aparecida Raimundini de. **A afetividade e suas implicações no processo ensino aprendizagem.** 2003. Disponível em: <www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completo/pdf/001.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2012.

_____. **A afetividade e suas implicações no processo ensino aprendizagem.** Disponível em: <www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completo/pdf/001.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2007.

BALLONE, GJ. **Problemas emocionais na escola**, Parte 1, in. **Psig Web**, Internet, 2004. Disponível em: <<http://psigweb.med.br/infantil/aprendiza2.html>> Acesso em: 24 set.2012.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; MARRODÁN, Maite. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

BELLEBONI, Aline Berghetti Simoni. **Qual o papel da escola frente às dificuldades de aprendizagem de seus alunos?** Psicopedagogia On-line; Educação e Saúde Mental. Publicado em 17 fev. 2004. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=506>> Acesso em: 01 out. 2012.

BOSSA, Aparecida Nadia. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. **Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las?** Porto Alegre, Artes Médicas, 2000b.

_____. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico.** Porto Alegre, Artmed, 2002.

CALDAS, Carlos Alberto Matoso. **É a família? Vai bem obrigado...** Psicopedagogia on-line, 01 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=212>> Acesso em: 25 set. 2012.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução esta no afeto.** 5 ed. São Paulo : Gente, 2001.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús; trad. MURAD, Fátima. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto Alegre, Porto, 1999.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante 2003.

DOCKRELL, J.; MCSHANE, J. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva.** Trad. Andréa Negreda. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

ESPÍNDOLA, Matilde. **A construção da afetividade.** Portal do Espírito. Disponível em: < [http:// www.espirito.or.br/portal/palestras/piaget/afetividade.html](http://www.espirito.or.br/portal/palestras/piaget/afetividade.html)>. Acesso em: 10 fev. 2007.

GOULART, I. B. **PIAGET: experiências básicas para utilização pelo professor.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMONS, Anna Carolina Mendonça. **Uma visão psicopedagógica do bullying escolar.** Rev. Psicopedagogia. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n73/v24n73a09.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

LITTIG, Neusa Marli Rauch. **Bullying e a psicopedagogia.** 2010. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1250>>. Acesso em 08 fev. 2010.

NOVAIS Maria Alice; RUSCHEI Silvia H. Pellegrini S. **Transtornos de aprendizagem.** Plenamente, atendimento de forma humanizada. 2006. Disponível em: <<http://www.plenamente.com.br/diagnosticos7.htm>> acesso em 27 set. 2012.

OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. **Intervenção psicopedagógica na escola.** 2. ed. Curitiba: : IESDE Brasil, 2009.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed,1992.

_____. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** 4ª ed. Porto Alegre: Artmed;1992.

_____. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre, Artes Médica, 1985.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em Busca de uma compreensão das relações entre a Família e a Escola.** . *Psicol. esc. educ.* [on-line]. dez. 2005, vol.9, no.2, p.303-312. Disponível em:<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 nov. 2012.

_____. **Em Busca de uma compreensão das relações entre a Família e a Escola.** . *Psicol. esc. educ.* [on-line]. dez. 2005, vol.9, no.2, p.303-312. Disponível em:b<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8557. Acesso em 15 nov.2012.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia do afeto.** 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes 2001.

RUBINSTEIN, Edith. **A especificidade do diagnóstico psicopedagógico.** In: SISTO, Fermino Fernandes...[et al.]. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A psicopedagogia e a associação estadual de psicopedagogia de São Paulo.** In SCOZ, Beatriz Judith Lima (et al). **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, cap. 1.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SISTO, Fermino Fernandes [et al.]. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z.** Trad. Dayse Baptista. Porto Alegre, Artmed, 2001.

TAYLOR, Mauren; BEAUDOIM, Marie Nathalie;. **Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola/.** Porto Alegre; Artmed, 2006.

TIBA, Içame. **Quem ama, educa!** 77. ed. São Paulo: Gente 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141569542011000100008&script=sci_arttext> Acesso em 15 nov. 2012.

VINH-BANG. L'intervention psychopédagogique. **Archives de Psychologie**, 58, p.123-135, 1990.

VISCA, Jorge. **Clinica psicopedagógica: epistemologia convergente.** Porto Alegre: Artmed, 1987a.

_____. **El diagnostico operativo en la practica psicopedagogica.** 2. ed. Buenos Aires: Palabra Gráfica y Editora. 1997a.

_____. **Técnicas proyectivas psicopedagógicas**. 3. ed. Buenos Aires: Palabra Gráfica y Editora. 1997b.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 8. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

APÊNDICES/ANEXOS

APENDICE A

Entrevista com a criança

- 1) Com quem você mora?
- 2) As pessoas que moram com você ajudam com as tarefas de casa?
- 3) Como é o seu relacionamento com as pessoas que moram em sua casa?
- 4) Você gosta de ficar na Escola? Por quê?
- 5) No que você sente mais dificuldade para aprender?
- 6) Qual disciplina você mais gosta?
- 7) Como você se sente quando percebe que seus colegas realizaram as atividades e você não conseguiu?
- 9) Gosta de receber ajuda dos colegas na realização das tarefas?
- 8) Que atividades, dadas pelo professor, você compreende melhor?
- 9) Você participa das atividades de jogos? Quais jogos prefere?
- 10) Gosta de receber ajuda dos colegas na realização das tarefas?
- 11) Como é sua convivência com os colegas de sala?
- 12) Gosta de brincar com eles? Que tipo de brincadeiras prefere?
- 13) Costuma brigar ou discutir com eles?
- 14) Gosta de seus professores? Qual gosta mais?
- 15) Os colegas tiram sarro de você ou lhe dão alguma apelido? Quais e por que?
- 16) (Caso a resposta anterior seja sim) Como você se sente em relação a isto?

APÊNDICE B

Entrevista com a família:

- 1) Como foi o período de gestação?
- 2) Teve algum problema de saúde nesse período? Se sim, quais foram?
- 3) Ingeriu bebida alcoólica, fumou ou utilizou outras substâncias durante a gravidez?
- 4) Como ocorreu o parto?
- 5) Aconteceu algo inesperado durante o parto?
- 6) Quanto tempo amamentou?
- 7) Lembra como eram esses momentos de amamentação?
- 8) Com quantos meses a criança:
 - a) engatinhou:
 - b) sentou:
 - c) andou:
- 9) O que você pensa sobre o aprendizado de seu filho? Acredita no potencial dele?
- 10) Você acompanha os estudos, ajuda a fazer as tarefas?
- 11) Como é o comportamento dele em casa?
- 12) Apresenta alguma atitude agressiva ou retraída?
- 13) Tem irmãos? Caso sim, como é a convivência entre eles?
- 14) Tem vizinhos/amigos? Caso sim, brincam frequentemente? Costumam brigar?
- 15) Como reage ao ser chamado a atenção?
- 16) Tem diálogo constante com os familiares?
- 17) Que tipo de brincadeiras gosta?
- 18) Como reage diante de pessoas estranhas?

APÊNDICE C

Entrevista com o professor:

- 1) A criança distrai-se com facilidade?
- 2) Tem dificuldade para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas?
- 3) Tem dificuldades para seguir instruções, regras e deixa tarefas sem terminar?
- 4) As tarefas escritas são curtas ou incompletas?
- 5) Parece não escutar quando lhe dirigem a palavra?
- 6) Começa relatar um fato e se perde no meio da fala?
- 7) Frequentemente perde objetos e tem dificuldades de percebê-los mesmo quando estão à sua frente?
- 8) A criança apresenta atitudes impulsivas com regularidade?
- 9) Quais são os materiais, técnicas e estratégias que você utiliza em seu trabalho com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem:
 - () música
 - () livros paradidáticos
 - () jogos
 - () atividades objetivas, criativas e dramáticas
 - () técnicas expressivas
 - () materiais simbólicos
 - () outros
- 10) Tem alguma área específica que você sente mais dificuldades para desenvolver seu trabalho com a criança?
- 11) Como é a convivência com os colegas de sala?
- 12) Brinca com eles? Com que frequência:
 - () As vezes
 - () Sempre
 - () Nunca
- 13) Apresentou nos últimos tempos mudanças em relação a aprendizagem?
- 14) Caso resposta anterior seja sim, quais as mudanças mais evidentes?

15) Estabelece dialogo com o professor?

16) Já o observou na hora do recreio? Caso sim como ele agi neste momento?

17) Recentemente aconteceu algum caso em especifico que lhe chamou a atenção em relação ao mesmo? Caso sim relate-o.

ANEXO I

Código de Ética do Psicopedagogo

Reformulado pelo Conselho da ABPp, gestão 2011/2013 e aprovado em Assembleia Geral em 5/11/2011.

O Código de Ética tem o propósito de estabelecer parâmetros e orientar os profissionais da Psicopedagogia brasileira quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o exercício da Psicopedagogia e para os relacionamentos internos e externos à ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A revisão do Código de Ética é prevista para que se mantenha atualizado com as expectativas da classe profissional e da sociedade.

Capítulo I – Dos princípios

Artigo 1º

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Parágrafo 1º

A intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do conhecimento, relacionada com a aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades.

Parágrafo 2º

A intervenção psicopedagógica na Educação e na Saúde se dá em diferentes âmbitos da aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre o institucional e o clínico.

Artigo 2º

A Psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção.

Artigo 3º

A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.

Artigo 4º

O psicopedagogo deve, com autoridades competentes, refletir e elaborar a organização, a implantação e a execução de projetos de Educação e Saúde no que concerne às questões psicopedagógicas.

Capítulo II – Da formação

Artigo 5º

A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação – especialização “lato sensu” em Psicopedagogia -, ministrados em estabelecimentos de ensino devidamente reconhecidos e autorizados por órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Capítulo III – Do exercício das atividades psicopedagógicas

Artigo 6º

Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia – especialização “lato sensu” - e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação

acadêmica e reconhecidos pela ABPp. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal.

Parágrafo 1º

O psicopedagogo, ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo de acordo com as normas do Estatuto da ABPp e os princípios deste Código de Ética.

Parágrafo 2º

Os honorários deverão ser tratados previamente entre o cliente ou seus responsáveis legais e o profissional, a fim de que:

- a) representem justa contribuição pelos serviços prestados, considerando condições socioeconômicas da região, natureza da assistência prestada e tempo despendido;
- b) assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Artigo 7º

O psicopedagogo está obrigado a respeitar o sigilo profissional, protegendo a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência do exercício de sua atividade e não revelando fatos que possam comprometer a intimidade das pessoas, grupos e instituições sob seu atendimento.

Parágrafo 1º

Não se entende como quebra de sigilo informar sobre o cliente a especialistas e/ou instituições, comprometidos com o atendido e/ou com o atendimento.

Parágrafo 2º

O psicopedagogo não revelará como testemunha, fatos de que tenha conhecimento no exercício de seu trabalho, a menos que seja intimado a depor perante autoridade judicial.

Artigo 8º

Os resultados de avaliações só serão fornecidos a terceiros interessados, mediante concordância do próprio avaliado ou de seu representante legal.

Artigo 9º

Os prontuários psicopedagógicos são documentos sigilosos cujo acesso não será franqueado a pessoas estranhas ao caso.

Artigo 10

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas;
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os a profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

Capítulo IV – Das responsabilidades

Artigo 11

São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais;
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica;
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia;
- e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornecer definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente;
- f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos;
- g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público.

Capítulo V – Dos instrumentos

Artigo 12

São instrumentos da Psicopedagogia aqueles que servem ao seu objeto de estudo – a aprendizagem. Sua escolha decorrerá de formação profissional e competência técnica, sendo vetado o uso de procedimentos, técnicas e recursos não reconhecidos como psicopedagógicos.

Capítulo VI – Das publicações científicas

Artigo 13

Na publicação de trabalhos científicos deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) as discordâncias ou críticas deverão ser dirigidas à matéria em discussão e não ao seu autor;
- b) em pesquisa ou trabalho em colaboração, deverá ser dada igual ênfase aos autores e seguir normas científicas vigentes de publicação. Em nenhum caso o psicopedagogo se valerá da posição hierárquica para fazer publicar, em seu nome exclusivo, trabalhos executados sob sua orientação;
- c) em todo trabalho científico devem ser indicadas as referências bibliográficas utilizadas, bem como esclarecidas as ideias, descobertas e as ilustrações extraídas de cada autor, de acordo com normas e técnicas científicas vigentes.

Capítulo VII – Da publicidade profissional

Artigo 14

Ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo com exatidão e honestidade.

Capítulo VIII- Dos honorários

Artigo 15

O psicopedagogo, ao fixar seus honorários, deverá considerar como parâmetros básicos as condições socioeconômicas da região, a natureza da assistência prestada e o tempo despendido.

Capítulo IX – Da observância e cumprimento do Código de Ética

Artigo 16

Cabe ao psicopedagogo cumprir este Código de Ética.

Parágrafo único

Constitui infração ética:

- a) utilizar títulos acadêmicos e/ou de especialista que não possua;
- b) permitir que pessoas não habilitadas realizem práticas psicopedagógicas;
- c) fazer falsas declarações sobre quaisquer situações da prática psicopedagógica;
- d) encaminhar ou desviar, por qualquer meio, cliente para si;
- e) receber ou exigir remuneração, comissão ou vantagem por serviços psicopedagógicos que não tenha efetivamente realizado;
- f) assinar qualquer procedimento psicopedagógico realizado por terceiros, ou solicitar que outros profissionais assinem seus procedimentos.

Artigo 17

Cabe ao Conselho Nacional da ABPp zelar, orientar pela fiel observância dos princípios éticos da classe e advertir infrações se necessário.

Artigo 18

O presente Código de Ética poderá ser alterado por proposta do Conselho Nacional da ABPp, devendo ser aprovado em Assembleia Geral.

Capítulo X – Das disposições gerais

Artigo 19

O Código de Ética tem seu cumprimento recomendado pelos Conselhos Nacional e Estaduais da ABPp.

O presente Código de Ética foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 1991/1992, reformulado pelo Conselho Nacional do biênio 1995/1996, passa por nova reformulação feita pelas Comissões de Ética triênios 2008/2010 e 2011/2013,

submetida para discussão e aprovado em Assembleia Geral em 05 de novembro de 2011.

Quézia Bombonato

Presidente do Conselho Nacional da ABPp

Presidente Nacional da ABPp

Gestão 2008/2010 e 2011/2013

ANEXO II

